

SALTO PARA O
FUTURO

BIBLIOTECA ESCOLAR: QUE ESPAÇO É ESSE?

Ano XXI Boletim 14 - Outubro 2011

SUMÁRIO

BIBLIOTECA ESCOLAR: QUE ESPAÇO É ESSE?

Apresentação	3
<i>Rosa Helena Mendonça</i>	
<i>Introdução</i>	4
<i>Glaúcia Mollo e Maria José Nóbrega</i>	
Texto1: A Lei e seus desdobramentos	12
<i>Graça Maria Fragoso</i>	
Texto 2: O papel da biblioteca na formação do leitor	18
<i>Luiz Percival Leme Britto</i>	
Texto 3: O papel da biblioteca na formação do leitor literário	26
<i>Ninfa Parreiras</i>	

BIBLIOTECA ESCOLAR: QUE ESPAÇO É ESSE?

APRESENTAÇÃO

“Sempre imaginei que o paraíso fosse uma espécie de biblioteca”.

(Jorge Luis Borges)

Segundo o Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa, biblioteca é, entre outras acepções, um “edifício ou recinto onde ficam depositadas, ordenadas e catalogadas diversas coleções de livros, periódicos e outros documentos, que o público, sob certas condições, pode consultar no local ou levar de empréstimo para devolução posterior”.

Entre o sentido literal e o figurado, podemos pensar numa gama de noções e propostas. Afinal, mais do que definir a biblioteca, importa pensar qual o papel dessa instituição na promoção da leitura.

No caso das bibliotecas escolares, finalmente a Lei nº 12.244, sancionada em 2010, prevê a universalização das bibliotecas escolares no Brasil. Com o objetivo de discutir os desafios decorrentes da legislação e, ainda, os múltiplos aspectos que envolvem a leitura nas escolas e nas bibliotecas, a TV Escola, por meio do programa Salto para o Futuro, apre-

senta a série Biblioteca escolar: que espaço é esse?, que conta com a consultoria de Gláucia Mollo (assessora da Secretaria Municipal de Educação de Campinas/SP) e de Maria José Nóbrega (assessora da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo/SP), ambas com vasta experiência na área.

Nos programas televisivos e nos textos desta publicação eletrônica, por meio de reportagens em escolas e bibliotecas, além de entrevistas com leitores, escritores e especialistas, temas como o papel das bibliotecas e a composição dos acervos das bibliotecas escolares, o uso dos recursos multimidiáticos da cibercultura nas pesquisas dos alunos, a formação do leitor literário, entre outros, serão debatidos.

O objetivo é contribuir para a formação de professores e bibliotecários na promoção da leitura entre os alunos da educação básica.

Rosa Helena Mendonça¹

1 Supervisora pedagógica do programa Salto para o Futuro/TV ESCOLA (MEC).

BIBLIOTECA ESCOLAR: QUE ESPAÇO É ESSE?

INTRODUÇÃO

Glaúcia Mollo¹
Maria José Nóbrega²

Dados do Censo Escolar 2010, realizado pelo Ministério da Educação (MEC), revelam uma situação preocupante: a cada dez escolas, sete não têm um acervo de livros disponível para seus estudantes. Apenas 30,4% das escolas brasileiras, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, possuem bibliotecas. Um percentual menor do que as 38,9% com acesso à internet.

A situação fica ainda mais alarmante, quando cruzamos esses dados com os do Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais 2009. Essa iniciativa do Ministério da Cultura, realizada pela Fundação Getúlio Vargas, apontou que 445 municípios do país não têm biblioteca – o que representa 8% do total.

Conhecer esse cenário permite compreender o enorme desafio que a sociedade brasileira tem pela frente para fazer com que a Lei nº 12.244, aprovada em 2010, que prevê a universalização das bibliotecas escolares no Brasil saia do papel e permita que os estudantes brasileiros, ex-

cluídos da convivência com os livros, possam finalmente ter acesso à cultura escrita.

A promulgação da lei coloca em pauta a discussão sobre o papel da biblioteca escolar em um momento em que a tecnologia, particularmente computadores conectados à Internet, permite o acesso a uma imensa variedade de fontes. Conectado, o leitor pode definir o fluxo de sua leitura interativamente, sem estar preso à sequência de tópicos estabelecida pelo autor, já que pode saltar de um link a outro em função de seus objetivos, compondo um texto orientado pelo ato de ler.

O acesso virtual a textos, bem como as novas práticas de leitura, produzem grande impacto na aprendizagem escolar em que o livro ocupa(va) posição central. Particularmente o livro didático, cujo conteúdo, ao menos em teoria, é tratado de modo a ir ao encontro das possibilidades dos estudantes de determinado nível de ensino. Embora não se deva ignorar a internet, se o letramento

1 Assessora da Secretaria Municipal de Educação de Campinas/SP. Consultora da série.

2 Assessora da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo/SP. Consultora da série.

se dá apenas por esse meio, o estudante deixa de aprender a ler textos em profundidade, isto é, não desenvolve as habilidades necessárias para depreender o assunto, a ideia principal, reconhecer a articulação hierárquica entre os tópicos abordados, reconhecer o ponto de vista sustentado, avaliar o conteúdo tratado. Realizar pesquisas extensas, de fôlego, exige leitores capazes de ler de modo reflexivo. Essa é uma importante discussão a ser feita, para não se esmorecer na luta por bibliotecas, quando parece tão mais fácil acessar informações pela internet.

Em seu artigo terceiro, o texto legal, ao determinar que os sistemas de ensino do País empreendam esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares ocorra em um prazo máximo de dez anos, lembra-nos de que, em pleno século XXI, o acesso à biblioteca ainda não está assegurado a muitos brasileiros. Boa parte dos educadores – a quem cabe a tarefa de formar leitores – certamente também não vivenciou as possibilidades que uma biblioteca pode representar na vida de uma pessoa e, portanto, na vida da comunidade. Para muitos, biblioteca ainda é o “coletivo de livros”, um espaço pouco representativo na instituição escolar.

Para ainda cumprir seu ideal, a biblioteca precisa ser essencial à vida acadêmica e cultural da escola, inscrever-se em seu projeto pedagógico, nos planejamentos dos professores. Para ainda cumprir seu ideal, a biblio-

teca precisa ser sensível às necessidades da comunidade em que se insere, estabelecer diálogo com as bibliotecas municipais e com as manifestações culturais do município. Como criar esse espaço pulsante com a memória das bibliotecas invisíveis?

BIBLIOTECAS: LIVROS PARA LER E PARA CONSULTAR

Os livros ainda são os instrumentos mais usados nas escolas para a formação acadêmica, entretanto, o conceito de alfabetização hoje implica não só construir familiaridade com os textos impressos, mas também aprender a interagir com diferentes mídias, acessar informações que podem estar armazenadas em diversos suportes informacionais, discriminar fontes confiáveis.

O texto impresso no suporte livro orienta os modos de ler: em nossa cultura, da esquerda para a direita, de cima para baixo, linearmente. No computador, os hipertextos permitem conectar uma rede fabulosa, já que cada link pode, potencialmente, ligar-se a outro. Qual o impacto desses novos meios nas práticas de leitura?

Umberto Eco, em conferência apresentada na The Italian Academy for Advanced Studies in America, em novembro de 1996, defendeu a existência de dois tipos de livros: aqueles para serem lidos e aqueles para serem consultados:

Livros-para-ler (podendo ser romance,

tratado filosófico, análise sociológica, e assim por diante), que usam a forma normal de leitura, constituem o que eu chamaria de estória de detetive.

Você começa na página 1, onde o autor lhe diz que um crime foi cometido, você segue todo o caminho da investigação até o final e, finalmente, você descobre que o culpado é o mordomo. É o fim do livro e o fim de sua experiência de leitura.

(...)

Depois há os livros para serem consultados, como manuais e enciclopédias.

(...)

As enciclopédias são concebidas de sorte a serem sempre consultadas e nunca para serem lidas da primeira a última página. Geralmente, pega-se um dado volume de uma enciclopédia para saber-se, ou lembrar-se, quando Napoleão morreu ou qual é a fórmula do ácido sulfúrico (ECO, 1996).

O Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais revela que 65% dos frequentadores das bibliotecas municipais vão aos estabelecimen-

tos para fazer pesquisas escolares. “Livros-para-consultar”, como as enciclopédias. Apenas 8% dos frequentadores das bibliotecas municipais declaram ler como lazer. “Livros-para-ler” como romances, contos, poemas ou aqueles que demandam leitura atenta e não simples varredura para localizar uma informação.

Como as crianças, jovens e adultos, alunos da educação básica, leem “livros-para-consultar” e “livros-para-ler”?

Sabe-se que os “livros-para-consultar” foram os que mais fortemente sofreram o impacto da internet: a tarefa, que antes se fazia consultando vários volumes de uma enciclopédia, para depois copiar com letra caprichada em folhas de papel almaço, hoje é realizada com alguns cliques. Encontrada a informação, é só selecionar o trecho e aplicar os comandos: “Control C” copiar e “Control V” colar. Se a universalização do acesso e o estímulo à permanência no Ensino Fundamental já estão garantidos aos estudantes de 7 a 14 anos, ainda estamos distantes de oferecer a todos uma escolarização de qualidade que crie condições de aprendizagem das capacidades necessárias para inserir-se nas práticas letradas³. Criar condições para

3 Os números do IDEB/2009 (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), indicador criado pelo Ministério da Educação para aferir qualidade de ensino, são: ensino fundamental – da 1ª a 4ª série – 4,6; da 5ª a 8ª série – 4,0; ensino médio – 3,6 pontos. Os índices, com variação entre zero e dez, são inferiores aos dos países desenvolvidos que participam da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) que é 6. O IDEB é composto por duas variáveis: fluxo e desempenho nas provas nacionais. O fluxo indica o grau de aprovação e a relação idade/série escolar. O desempenho indica o grau de acerto dos alunos nas avaliações do SAEB e Prova Brasil em Língua Portuguesa e Matemática.

uma aprendizagem significativa dos conteúdos por meio da pesquisa escolar é ainda um desafio a ser enfrentado.

Os sentidos não repousam serenamente sobre as linhas do texto à espera de leitores aptos a decifrar os sinais gráficos e a colher informações (copiando seja lá de que modo for). Leitores procuram entender do que tratam os textos, acompanhando o encaideamento dos tópicos abordados, reconhecendo os pontos de vista sustentados, aderindo ou não ao que propõem seus autores, deixando-se ou não tocar pelas palavras. Ler é dialogar com o outro por meio dos textos. Dessa experiência o leitor pode sair transformado, pois, como bem ensinou Paulo Freire, a leitura “é um processo que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo”.

É pelas mãos de professores ou bibliotecários que os leitores-iniciantes podem realizar suas primeiras aproximações com os textos. Como se refletissem sobre o que leem em voz alta, auxiliam os alunos a reconhecer as vozes que permeiam os textos, a trazer à tona as ênfases singulares dadas pelo grupo, a estabelecer contrapontos entre o que o que está escrito e o que cada leitor acha que o texto diz. Progressivamente, o leitor-iniciante internaliza o diálogo com o texto, solta a mão dos mediadores e a leitura se torna autônoma.

Mas, para superar a dependência da leitura compartilhada, é preciso construir a educa-

ção para a autonomia, isto é, não ignorar a dimensão individual que assinala as práticas de leitura em nossa sociedade. Trata-se do difícil equilíbrio entre tutela e autonomia. Se não educamos para a liberdade de ler, produzimos leitores adestrados que, tão logo se veem livres das coerções escolares, abandonam a leitura; se não desenvolvemos as capacidades necessárias para ler reflexivamente, interditamos o acesso aos textos de maior complexidade.

Didaticamente, é preciso desenvolver atividades de leitura que auxiliem os alunos a depreender o sentido global do texto, estabelecer relações, inferir, avaliar criticamente o lido, além de outras que os estimulem a ler extensivamente autores, gêneros e assuntos preferidos, desenvolver o gosto estético etc.

A receita pode ser simples: realizar a leitura lúdica da obra, compartilhar impressões provocadas pela vivência com o texto, promover uma releitura reflexiva para apreciar o tratamento dado ao tema e os recursos expressivos selecionados pelo autor. A prática de leitura assim orientada permite alargar os horizontes de expectativa do leitor, transformando-o.

BIBLIOTECAS: ESPAÇOS E TRATAMENTO DO ACERVO

Ainda que não seja a salvação da escola e da educação pública, a biblioteca escolar pode ser um lugar privilegiado que contribua para

a qualidade do ensino, ao promover práticas de leitura e acesso à informação de qualidade, integrando equipe técnica, professores e alunos à sua comunidade.

Como qualquer outro equipamento escolar, a biblioteca precisa estar enraizada no projeto pedagógico da escola, já que é peça relevante para a formação de usuários competentes da linguagem escrita, que se constitui como uma dimensão capacitadora das aprendizagens em todas as áreas. Mas, para que possa atuar como centro de informação, além do diálogo entre os profissionais que atuam na instituição, a biblioteca precisa estar equipada e organizada para funcionar bem. Essa demanda se traduz em um espaço agradável, além de um acervo com títulos impressos e digitais que atenda às demandas da pesquisa escolar e da leitura literária.

Não se pode ignorar que, se o acesso a livros e à internet amplia para uma parcela da população as oportunidades para que se aproprie de informação, cria também, para outra maior ainda, mais um abismo – o da exclusão do impresso e do digital. Cabe às bibliotecas a tarefa de promover a inclusão

a essas mídias, armazenando material relevante para os que as frequentam.

O acervo de uma biblioteca revela muito a respeito do tipo de serviço que presta a seus usuários e, por isso, é fundamental dar atenção à diversidade, à qualidade e à quantidade do material oferecido. Em geral, o acervo que se encontra nas bibliotecas escolares públicas resulta de doações, feitas por programas de governo, como o PNBE (Programa Nacional de Biblioteca da Escola)⁴, ou outros com recursos estaduais ou municipais. O problema é que, às vezes, os livros se perdem no caminho entre a diretoria, a sala do coordenador, o almoxarifado; ou são trancados a sete chaves para não serem danificados.

Como lembra o poeta Antonio Cícero, “Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la. [...] Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por admirá-la, isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado.” Guardar um livro é iluminá-lo com a leitura de seus leitores.

Assim, são pouco úteis estantes repletas de obras-primas se não estiverem organizadas por um profissional que, no mínimo, saiba

4 O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), desenvolvido desde 1997, distribui acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência. O atendimento é feito em anos alternados: em um ano são contempladas as escolas de Educação Infantil, de Ensino Fundamental (anos iniciais) e de Educação de Jovens e Adultos. Já no ano seguinte são atendidas as escolas de Ensino Fundamental (anos finais) e de Ensino Médio. Há também o PNBE Periódicos, que avalia e distribui revistas de conteúdo didático e metodológico e o PNBE do Professor, que tem por objetivo apoiar a prática pedagógica dos docentes. Atualmente, o programa atende a todas as escolas públicas cadastradas no Censo Escolar.

encontrá-las, apresentá-las, recomendá-las a possíveis leitores, enfim, alguém capaz de dinamizar sua circulação entre os membros da comunidade escolar. Um espaço bem decorado e um bom acervo, portanto, não são suficientes para o funcionamento efetivo da biblioteca sem a figura do educador, seja ele professor ou bibliotecário, que promova o encontro entre a palavra escrita e os leitores, que ajude a desvendar os sentidos guardados nos textos.

Infelizmente, ainda é muito recorrente que a biblioteca escolar, quando ela existe, seja gerenciada por funcionário não especializado, às vezes, afastado do contato direto com os alunos por motivos de saúde. Ser apaixonado pela leitura e manter acesa a curiosidade são requisitos essenciais para o exercício dessa tarefa que promove o encontro amoroso entre o texto e o leitor. Esse profissional não pode ser apenas o arquivista responsável por catalogar e armazenar livros, mas, principalmente, precisa ser o mediador que aproxima os estudantes da informação desejada, auxilia na compreensão dos textos e na avaliação crítica das fontes, divulga as novas aquisições, desenvolve estratégias para dar a conhecer o acervo, promove atividades culturais referentes ao mundo da cul-

tura escrita, articula as ações escolares com as da comunidade, enfim, tece uma rede de informação e de negociação de sentidos.

O bom funcionamento da biblioteca escolar depende de ações estratégicas. É o trabalho conjunto de professores e bibliotecário que fará com que os serviços prestados por ela sejam relevantes para todos: funcionários, professores, alunos. Um trabalho dessa natureza torna a biblioteca necessária à comunidade escolar, que sente falta do que lá se experimenta, dos materiais disponíveis, das informações desejadas.

Se fechassem a biblioteca da escola em que você trabalha para abrir novas salas de aula, o que aconteceria? Protestos indignados ou resignação?

Somente quando as vivências que acontecem na biblioteca forem essenciais à vida escolar é que ela deixará de ser um lugar de esconder livros (às vezes, até mesmo de depositar o “entulho” que não se sabe onde pôr). Somente quando as experiências vividas na biblioteca forem essenciais à vida escolar ela se tornará um local tão importante quanto a quadra de esportes, o refeitório, o banheiro.

TEXTOS DA SÉRIE BIBLIOTECA ESCOLAR: QUE ESPAÇO É ESSE?5

A série tem por objetivo discutir a questão das bibliotecas escolares a partir da promulgação da Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, colocando em pauta a discussão sobre o seu papel em um momento em que a tecnologia, particularmente computadores conectados à Internet, permite o acesso a uma imensa variedade de fontes. Este tema será discutido nos textos e programas da série.

TEXTO1/PGM 1: A LEI E SEUS DESDOBRAMENTOS

No primeiro texto da série, serão apresentados o texto legal e as orientações a respeito do que vem a ser uma biblioteca escolar: o espaço físico, o acervo e sua organização, o acesso à internet, os serviços e atividades e a qualificação do pessoal.

TEXTO 2/PGM 2: O PAPEL DA BIBLIOTECA NA FORMAÇÃO DO LEITOR

No segundo texto, discute-se o papel da biblioteca na formação do leitor de textos da esfera acadêmica e escolar. E também o desenvolvimento das habilidades para a leitura de textos expositivos, cuja finalidade é ler para aprender no âmbito da pesquisa escolar: localização e seleção de informação relevante, compreensão do conteúdo proposicional do texto, avaliação crítica do material lido. Apoio à busca autônoma de conteúdo que responda a interesses pessoais.

10

TEXTO 3/PGM 3: O PAPEL DA BIBLIOTECA NA FORMAÇÃO DO LEITOR LITERÁRIO

O terceiro texto discute o papel da biblioteca na formação do leitor de textos da esfera literária, o que pode favorecer a construção da própria subjetividade, a ampliação de seus horizontes de referências, a abertura para círculos de pertencimento mais amplos.

Os textos 1, 2 e 3 também são referenciais para as entrevistas e debates do PGM 4 – Outros olhares sobre a Biblioteca Escolar e do PGM 5: Biblioteca Escolar em debate.

5 Estes textos são complementares à série Biblioteca Escolar: que espaço é esse?, com veiculação no programa Salto para o Futuro/TV Escola (MEC) de 24/10/2011 a 28/10/2011.

REFERÊNCIAS

- CAMPELLO, Bernadete Santos et al. *A Biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- CICERO, Antonio. *Guardar*. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- ECO, Umberto. *Da Internet a Gutenberg*. Disponível em: <http://www.inf.ufsc.br/~jbosco/InternetPort.html> Acesso em 05/09/2011.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez Editora, 1992.
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo Técnico – *Censo Escolar 2010*. http://www.google.com/search?q=RESUMO+T%C3%89CNICO+%E2%80%93+CENSO+ESCOLAR+2010&hl=pt-BR&sourceid=gd&rlz=1D1GGLD_pt-BRBR431BR432 Acesso em 05/09/2011.
- JOUBE, Vincent. *A Leitura*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- KLEIMAN, Angela B. *Texto e Leitor*. Campinas: Pontes, 2005.
- KUHLTHAU, Carol C. *Como orientar a pesquisa escolar*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- KUHLTHAU, Carol C. *Como usar a biblioteca na escola*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, Fundação Getúlio Vargas. *Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais*. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2010/04/30/primeiro-censo-nacional-das-bibliotecas-publicas-municipais/> Acesso em 05/09/2011.
- NEVES, Conceição Bitencourt e outros (orgs.). *Ler e escrever: compromisso de todas as áreas*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.
- Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 12.244 De 24 de maio de 2010 – *Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm Acesso em 05/09/2011.
- SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- São Paulo: SME/DOT – Diretoria de Orientação Técnica. Referencial de expectativas para o desenvolvimento da competência leitora e escritora no ciclo II do ensino fundamental, 2006.
- SOLÉ, Isabel. *Estratégias de leitura*. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

TEXTO 1: A LEI E SEUS DESDOBRAMENTOS

Graça Maria Fragoso¹

Definir as bibliotecas das instituições de ensino constitui uma missão complexa. Como definir um local que raramente faz parte das instituições de ensino brasileiras? A visão que se tem de uma biblioteca é muitas vezes distorcida. Muitas vezes é conceituada como um lugar sagrado, onde se guardam objetos também sagrados, para desfrute de alguns eleitos. Ora, sob uma ótica menos romântica, é apenas uma instituição burocratizada, que serve para consulta e pesquisa, assim como para armazenar bolor, cupins e traças. Para poucos, aqueles que a frequentam assiduamente, ela constitui o local do encontro com o prazer de ler, de conhecer, de informar-se. Com o advento da sociedade da informação, novos conceitos para as bibliotecas são construídos ampliando seu horizonte e expandindo seus serviços. Serviços estes ainda distantes da grande maioria de nossas escolas.

O fato é que, quando se trata de Brasil, a maioria das pessoas desconhece o verdadeiro papel de uma biblioteca em suas vi-

das e, portanto, na vida da comunidade. E esta afirmação se aplica tanto aos leitores em potencial quanto àqueles que, de um modo ou outro, têm responsabilidade pelo seu funcionamento. Como, por exemplo, as escolas. Por inúmeras razões, as bibliotecas nas escolas brasileiras estão ainda longe de cumprir sua importantíssima função no sistema educacional. Poucas instituições dispõem dos recursos e da visão necessários (duas condições que nem sempre andam juntas...) para manter uma biblioteca digna desse nome. Ainda são poucos os profissionais empenhados em prestar serviços que realmente deem suporte ao aprendizado e à vida cultural da escola.

Neste século, as mudanças têm sido profundas e muito mais velozes, em relação ao ritmo de desenvolvimento da vida humana na Terra até cem anos atrás. Os meios de comunicação se aperfeiçoaram e continuam a se transformar numa progressão cada vez mais vertiginosa, já que, em matéria de tecnologia, o novo torna-se obsoleto prati-

1 Consultora em instituições de ensino para Leitura.

camente a toda hora. No terreno da leitura, a Internet e os livros digitais – se assim se pode defini-los – parecem ameaçar o futuro do livro convencional.

A questão não é apenas o que se lê atualmente, mas quantos estão lendo. A pouca leitura pode ser efeito da concorrência com outros meios de comunicação, porém, entre nós, ela é principalmente o reflexo de um sistema educacional que há várias décadas vem se deteriorando. Por isso, costumamos dizer que com a introdução do livro gerou um número quase ilimitado de leitores: sem planos e ações educacionais solidamente estruturados, ainda que se façam grandes esforços ao longo dos anos para reduzir o analfabetismo – e, no caso brasileiro, com resultado – ainda assim não se constata uma população leitora. E nem, é óbvio, cidadãos conscientes e atuantes.

Consequência direta ou indireta desse quadro, na grande maioria das escolas brasileiras de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, como citação anterior, quando há bibliotecas, prevalece um sistema arcaico de utilização e aproveitamento do acervo e não apenas por indigência material. Mesmo aquelas que podem se dar o luxo de algum aparato tecnológico e de práticas mais modernas relutam em investir nos recursos humanos, deixando que alguns velhos cacoes culturais perdurem. Por exemplo, o de improvisar um guardião que terá como missão, de fato, guardar o geralmente precário

material bibliográfico. E o fará, geralmente, objetivando apenas a preservação e não a circulação do acervo e o fará com rabugice de burocrata. Os leitores da assim chamada biblioteca – crianças e adolescentes, em sua maioria – irão frequentá-la com igual despreparo e desinteresse, subutilizando sempre os possíveis recursos. E o contato prazeroso com a leitura – já de si tão problemático nestes tempos de cultura visual – este sim, passa por metamorfose definitiva: ler se torna mais um entre os deveres escolares.

ACERVO... ESPAÇO FÍSICO... INCENTIVO PARA A LEITURA

A situação da biblioteca nas instituições de ensino no Brasil é reflexo do contexto em que ela tem existência, qual seja o da educação. Portanto, não é grande surpresa a dificuldade em se obterem dados atualizados sobre essa situação: quantas escolas possuem bibliotecas, o porte de seus acervos, quais têm profissionais especializados em seu comando e daí por diante.

Com isso, os alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio ainda ficam privados de material de pesquisa, leitura e de outras fontes de informação, além do próprio professor e do material didático. Em última análise, então como agora, os estudantes sem acesso a uma biblioteca em sua própria escola correm mais o risco de ficar à margem de um ensino democratizado.

A Promulgação da Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, possibilita a revisão dos paradigmas, amplia o horizonte das bibliotecas e estabelece amparo legal para criação de bibliotecas com espaço físico adequado, acervo selecionado e adquirido, levando em conta as prioridades da comunidade escolar e a especificidade regional. E concretiza a presença profissional especializada para gerenciar esse local, dinamizando seus serviços e produtos em sintonia com o corpo técnico e docente.

FUNÇÕES

Embora muitas vezes marginalizada de nosso sistema educacional, a biblioteca escolar, aqui adjetivada, tem funções fundamentais a desempenhar e que aqui foram agrupadas em duas categorias: a educativa e a cultural.

Na função educativa, ela representa ampliação à ação do corpo docente e discente da escola. Quanto ao primeiro, desenvolvendo habilidades de estudo independente, agindo como instrumento de autoeducação, motivando uma busca do conhecimento, incrementando o gosto pela leitura e, ainda, auxiliando na formação de hábitos e atitudes de manuseio, consulta e utilização do acervo, da biblioteca e da informação. Quanto à atuação do educador e da instituição, a biblioteca complementa as informações básicas e

oferece seus recursos e serviços à comunidade escolar de maneira a atender às necessidades do planejamento curricular. No que diz respeito ao planejamento escolar, ressalta que o bibliotecário deve ter sua atuação projetada junto aos educadores e técnicos da instituição de ensino da qual faz parte. Especificando, nessa função o profissional que atua na biblioteca poderá contar com uma série de recursos tecnológicos para ampliar a sua atuação.

Em sua função cultural, a biblioteca de uma escola torna-se complemento da educação formal, ao oferecer múltiplas possibilidades de leitura e, com isso, levar os alunos a ampliar seus conhecimentos e suas ideias acerca do mundo. Pode contribuir para a formação de uma atitude positiva, prazerosa, frente à leitura e, em certa medida, participar das ações da comunidade escolar, servindo-lhes de suporte.

Nessas funções, por assim dizer, “ideais” de uma biblioteca escolar, estariam implícitos seus objetivos como instituição, que relacionamos a seguir:

- integrar-se ao projeto pedagógico e cooperar com o currículo da instituição de ensino no atendimento às necessidades da comunidade escolar;
- estimular e orientar a comunidade escolar em suas consultas e leituras, favore-

cendo o desenvolvimento da capacidade de selecionar e avaliar;

- incentivar os educandos a pensar de forma crítica, reflexiva, analítica e criadora, orientados por equipes inter-relacionadas (educadores + bibliotecários);
- proporcionar aos leitores materiais diversos e serviços bibliotecários adequados ao seu aperfeiçoamento e desenvolvimento individual e coletivo;
- promover a interação do trinômio – professor-bibliotecário-aluno – facilitando o processo ensino-aprendizagem;
- oferecer um mecanismo para a democratização da educação, permitindo o acesso de um maior número de crianças e jovens a materiais educativos, seja eles impressos, virtuais ou digitais e, através disso, dar oportunidade ao desenvolvimento de cada aluno a partir de suas atitudes individuais;
- contribuir para que o corpo docente amplie sua percepção dos problemas educacionais, oferecendo-lhe informações que o ajudem a tomar decisões no sentido de solucioná-los, tendo como ponto de partida valores éticos e cidadãos.

O PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO

De nada serviria uma bela biblioteca escolar, com espaço físico e acervo suficiente às necessidades da comunidade escolar se, para

exercer as funções e cumprir seus objetivos, ela não contar com a presença de um profissional consciente, com sensibilidade e habilidades específicas para manter esse espaço de educação, cultura e informação revestido de importância, atraente e oportunizando aos leitores o questionamento, a descoberta e as aprendizagens significativas.

Entre as habilitações se incluem, claro, aqueles conhecimentos técnicos essenciais de organização do acervo, bem como dos mecanismos cotidianos para utilizá-lo: empréstimos e devoluções, dentre outros. É verdade que a maior parte das bibliotecas nas escolas brasileiras não conta com um bibliotecário à sua frente. Para atuar como bibliotecário, nesse segmento, o profissional deve ter noções precisas de seu papel. Deve saber, por exemplo, que lhe compete oferecer oportunidades, materiais e atividades específicas, visando despertar o interesse da comunidade escolar pela biblioteca para, a partir daí, poder trabalhar no desenvolvimento da leitura. Na escola, o bibliotecário se reveste de suma importância quando se comporta e atua como membro de um trabalho integrado, dinâmico, capaz de mobilizar alunos e educadores à leitura para aprender a aprender, aprender para saber e para ter conhecimento da sociedade que os cerca.

A promoção de certas atividades requer, por parte dos bibliotecários, conhecimentos da realidade educacional, da especificidade do

acervo, de noções pedagógicas e educacionais. Um exemplo: ao narrar histórias para crianças do ensino infantil, ele estará participando ativamente do processo de alfabetização e possibilitando a esse futuro leitor a visão positiva do ato de ler.

Ler poemas, para despertar emoções e sentidos; realizar exposições, entrevistas; promover a leitura de textos teatrais; oferecer atividades em diversos campos da arte, como a mímica, a dramatização, a pintura; fazer uso das novas tecnologias da informação e da comunicação como agentes motivadores de ações de leitura e ampliação do conhecimento. Eis algumas das ações que bibliotecários podem e devem empreender no recinto da biblioteca ou fora dela, mas sempre em consonância com o currículo e coadjuvando o trabalho do corpo docente.

Em síntese, sua grande tarefa é tornar a biblioteca da escola um lugar agradável, dinâmico, onde prevaleça um clima de harmonia entre ele e o público, seja qual for a faixa etária ou a posição deste na hierarquia da escola. A principal barreira a ser vencida nesse convívio parece ser a que tacitamente se ergue entre o educador e o bibliotecário. Este, por nem sempre estar bem entrosado com os problemas educacionais, costuma fechar-se em seus “domínios”, tornando-se apenas mero entregador de livros.

O professor, por não saber desenvolver, na maioria dos casos, outro tipo de aula que

não o discursivo, acha que prescinde do bibliotecário e não o procura. E assim se têm perdido ótimas oportunidades de um trabalho entrosado que propiciaria a aprendizagem baseada na indagação e na busca de conhecimentos mais amplos.

Apresentamos as principais funções e atribuições que deveriam fazer parte do cotidiano do bibliotecário que gerencia uma biblioteca de escola:

- participar ativamente do processo educacional, planejando junto ao quadro pedagógico as atividades curriculares. E isso deve ser feito para todas as disciplinas, acompanhando o desenvolvimento do programa, colocando à disposição da comunidade escolar materiais e serviços que complementem a informação transmitida em classe;
- participar do processo de alfabetização;
- fazer do espaço físico da biblioteca um motivador de leitura, um local harmonioso, de modo a que os leitores se sintam atraídos por ela;
- estimular os alunos, através de atividades simples, desde o maternal, a desenvolverem o “gostar de ler”;
- proporcionar informações básicas que permitam ao aluno formular juízos inteligentes na vida cotidiana;

- oferecer elementos que promovam a apreciação literária, a avaliação estética e ética, tanto quanto o conhecimento dos fatos;
- favorecer o contato entre alunos de faixas etárias diferenciadas.

Os bibliotecários são imprescindíveis nesta nova etapa das bibliotecas nas instituições de ensino e torna-se necessária a movimentação do antigo guardião do acervo, no sentido de difundir as ações educacionais e culturais de maneira dinâmica e prazerosa, dentro e fora do ambiente em que o leitor-bibliotecário e o leitor-interlocutor transitam e dialogam. Só através dessa mudança, as ações bibliotecárias poderão adquirir perspectiva de reflexão/ação e crença no mundo onde a comunicação quer se estabelecer.

BIBLIOGRAFIA

BLATTMANN, Ursula; CIPRIANO, Aline de Souza. Os diferentes públicos e espaços da biblioteca escolar: da pré-escola a universidade. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 21, Anais... 2005, Curitiba, 2005. CD-ROM.

FRAGOSO, Graça Maria. Formando o Leitor – livro, biblioteca e a primeira infância constituem a trilogia do afeto. *Revista do professor*, Porto Alegre, 18(71): 5-8, jul./set. 2002.

FRAGOSO, Graça Maria. Integração planejada. *Caderno Amai – Biblioteca na escola*. Belo Horizonte, 23-16, jul. 1997.

NEVES, Iara Conceição B. e outros. *Ler e escrever compromisso de todas as áreas*. 3. ed. Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. *Leitura na escola e na biblioteca*. Campinas: Papirus, 1995.

TEXTO 2: O PAPEL DA BIBLIOTECA NA FORMAÇÃO DO LEITOR

Luiz Percival Leme Britto¹

INTRODUÇÃO

Esse texto tem como principal motivação indagar sobre o papel da biblioteca escolar na formação do leitor, em especial na leitura e no estudo de textos da esfera acadêmica e escolar. Indaga, ainda: é possível pensar a biblioteca escolar – na era do texto eletrônico e das comunicações multimidiáticas – como espaço de atividade de pesquisa e de estudo?

Inicia-se, porém, com uma pergunta muito mais básica: pode a biblioteca escolar formar um leitor ou, pelo menos, fazer parte dessa formação?

A resposta, imediata, é: “Claro que, sim; que pergunta mais óbvia, essa aí!”

Sim. Afinal, essa parece ser a vocação das bibliotecas: formar leitores, oferecendo aos que ali vão os livros e um ambiente apropriado para a leitura.

Sim, essa é uma boa resposta. Mas boas res-

postas, porque logo encerram a questão, anulam, muitas vezes, perguntas interessantes.

Tem-se, então, para avançar a ideia, que indagar à própria pergunta, pondo em evidência o que nela é opaco, porque óbvio. E, nessa atitude, encontram-se três outras perguntas:

- Que é leitor?
- Que é formação de leitor? e
- Que é biblioteca escolar?

O LEITOR E SEUS SENTIDOS

De fato, há muitas formas de “compreender ser leitor”, dependendo da perspectiva que oferecermos à pergunta e à resposta, mas uma definição primeira, da qual não se pode escapar, é a de que leitor é aquele que sabe ler e que lê com certa frequência, para estudar, para informar-se, para conhecer, experimentar vida, fazer coisas...

¹ Mestre e Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Pesquisador do Grupo de Estudos Linguísticos do Oeste do Pará – UFOPA, no Instituto de Ciências da Educação.

Desde logo, essa definição de leitor supõe mais que simplesmente saber ler, implicando uma atitude diante das coisas do mundo. O leitor não é leitor porque pode ler (ainda que isso seja condição determinante): ele se constitui quando, para além do texto, faz a leitura do mundo, para usar a consagrada expressão de Paulo Freire.

Leitura do mundo: aí está uma ideia muito interessante, porque amplia e dá sentido à noção de leitor. Mas uma ideia que precisa ser usada com cuidado, para que não se incorra no erro de supor que ler corresponde a qualquer ação intelectual.

Ao propor o conceito de leitura do mundo em uma palestra no 2º Congresso de Leitura do Brasil, em 1979, Freire refletia sobre uma questão bastante específica: a importância do ato de ler. Em seu argumento, baseado na concepção de uma pedagogia participativa e dialógica (Pedagogia do Oprimido e, mais tarde: Pedagogia da Autonomia), o educador buscava relacionar a aprendizagem da palavra escrita com as maneiras como as pessoas estão e se veem e atuam no mundo, bem como com os processos pelos quais se realiza a educação de adultos.

Recusando a educação instrumental de caráter autoritário e denunciando o jogo de dominação e alienação impregnado na educação bancária, Paulo Freire tratou de vincular, de forma estrita, aprender a escrever

com afirmar-se enquanto pessoa política, fenomenológica e epistemológica: a razão e o sentido de aprender a escrever estavam na possibilidade de cada pessoa e da coletividade dizerem aquilo que eram e, ainda, de projetarem o futuro, intervindo na sociedade e modificando as formas de poder ser.

A leitura do mundo significa, assim, um modo de percepção do (re)conhecimento e da “vida-vivida” (a expressão é de Freire), no que se incluem desde as experiências subjetivas íntimas até as relações histórico-sociais complexas. A consciência delas aparece como condição fundamental para que a aprendizagem dos saberes formais seja instrumento de participação e de transformação da ordem social. Em palavras diretas, só tem sentido aprender a leitura do texto se for para ampliar as formas de perceber o mundo e perceber-se nele.

Observe-se que “leitura de mundo” não é leitura no sentido de realização de uma interação com texto (escrito), mas uma metáfora que quer valorizar o gesto interpretante e significativo que o sujeito tem diante do mundo. Como, ao ler, trabalhamos com sentidos e valores estabelecidos no texto, o valor da leitura estará na ação criativa e propositiva do sujeito que, considerando aquilo que é e o que sabe, toma o texto como um enunciado a ser considerado e não como um dado em si. E, nessa linha de raciocínio, a metáfora leitura do mundo é necessária

para dar sentido à literalidade da leitura da palavra.

Do que se expôs acima, depreende-se que “ler”, no âmbito da formação do leitor, corresponde a mais que o “ato de decifrar signos gráficos que traduzem a linguagem oral” – acepção primeira e denotativa de ler constante dos dicionários. De um modo geral, pode-se postular que o que se deseja é que a pessoa adquira “o hábito de ler”, entendido como o gesto deliberado de tomar, com relativa frequência, determinados tipos de textos para ler, assim como incorporar competências, estratégias e referências que lhe habilitem a produção de sentido a partir do ato leitor.

É pertinente observar que, quando a pessoa se põe a ler, isso pode se dar tanto por movimento espontâneo, devido a um desejo pessoal, como por uma obrigação, em função de um compromisso – de trabalho, de estudo, de participação em uma esfera social. E ambas as possibilidades são significativas. É um equívoco grave imaginar que a leitura que resulta do gesto voluntário é mais legítima ou criativa. Ao contrário, podem-se criar e realizar muitas coisas em situações em que o leitor não tem o que escolher, assim como em muitas situações a leitura descompromissada não implica criação, descoberta ou aprendizagem. O que interessa é que a pessoa, quando se põe a ler, saiba o que e por que faz, sendo senhora da ação intelectual.

Cabe perguntar, para que o óbvio não permaneça implícito, por que valorizar esse hábito (prática, costume). A resposta, ainda óbvia, é a de que a leitura frequente permite situações positivas de ampliação da subjetividade e da capacidade de agir com propriedade na sociedade. Seria, portanto, um hábito humanizador.

É certo que há, especialmente na sociedade moderna tecnológica, outras possibilidades de realização desse processo. A convivência com pessoas de diferentes formações e a interação com produtos diversos da cultura em ambientes em que circulam informações, compreensões e representações no mundo e da vida, assim como a audiência do rádio e da TV e a utilização de mídias eletrônicas, também possibilitam o alargamento dos horizontes intelectuais e culturais. Contudo, essas possibilidades parecem não ter a mesma densidade formativa e, quando têm, isto pressupõe um modelo de intelectualidade que desemboca, de alguma forma, na leitura frequente.

A especificidade da leitura está na condensação de conteúdos, na atitude reflexiva/introspectiva de exame de si e das coisas com que se interage, no autocontrole da ação intelectual. E, vale a pena repetir, na inclusão do sujeito num determinado “modo de cultura” e na disseminação de hábitos, práticas e formas de cultura mais densas e elaboradas. Nesse sentido, leitura passa a ser enten-

dida como prática social circunstanciada, favorecendo o alargamento do espírito e das possibilidades de atuação e intervenção na sociedade.

Disso se infere que ensinar a leitura é valorizar uma forma de pertencimento crítico ao mundo. Um valor, portanto. Um valor que carrega um princípio de humanidade e que implica, mais que o simples hábito, uma atitude.

A FORMAÇÃO DE LEITOR – RAZÕES E PERSPECTIVAS

A formação do leitor, no âmbito da educação escolar, corresponde aos processos pedagógicos que fazem com que o aluno alcance a condição de leitor, isto é, que seja alguém que, com crítica e autonomia, realize as atividades que caracterizam o leitor. Isso implica não apenas aprender o sistema da escrita, mas também, e principalmente, incorporar um conjunto de atitudes e de referenciais que tornem significativo e pertinente o ato de ler: saber, portanto, compreender o conteúdo de um texto em seu sentido, compará-lo com outros elementos, realizar associações, tirar conclusões etc.

Tal perspectiva corre o risco de nulidade, caso se perca a dimensão de que o pertencimento ao mundo é tenso e conflituoso, e que a ordem social é marcada pela desigualdade e pela disputa de valores e de fazeres políticos. Somente no momento em que se

reconhece e se vive o conflito é que, em alguma medida, a experiência de ler ganha dimensão humanizadora.

O simples hábito de ler de forma descomprometida, sem a reflexão aguda do sentido das coisas, numa situação em que a pessoa é levada pelas circunstâncias e motivada por interesses pragmáticos, caracteriza-se como uma alienação. O que é alienado é automatizado, é feito mecanicamente, sem consciência ou domínio dos processos de significação e, portanto, sem capacidade de ampliação de horizontes. Em termos claros, a pessoa não tem controle ou consciência nem da atitude nem das coisas nela implicadas; não compreende o alcance e as consequências dos fatos e dos gestos.

Essa última consideração obriga perceber que a simples propaganda da leitura e sua associação a atitudes descomprometidas de entretenimento – sob o pressuposto de que, como subproduto desse gesto, estaria a potencialização do interesse por outros assuntos e novas e mais instigantes leituras, algo imprevisível e sem evidência objetiva – não significa propor um valor nem estimular o compromisso desimpedido com a humanidade. E, da mesma forma, vincular a prática da leitura aos ganhos materiais ou de posicionamento social, em função da ampliação da capacidade de ação, não é mais que reduzir essa prática à dimensão pragmática da competitividade.

A compreensão equivocada da dimensão formativa também se manifesta quando se sustenta que é o leitor quem dá sentido ao texto e que suas escolhas são sempre legítimas. O ser humano é histórico, e não biológico. Cada indivíduo é a realização de uma singularidade irreduzível que se faz na experiência íntima do corpo na dimensão histórica, a um tempo particular e geral.

A escolha será, assim, sempre sobredeterminada por fatores históricos, sociais e culturais de diversas dimensões, nunca sendo simplesmente “livre”. O gosto não é a manifestação de determinações biológicas ou genéticas, nem é fruto de uma aprendizagem autodirigida e imanente; gosto se aprende, se muda, se cria, se ensina. Gosto se aprende, se critica, se renova.

Trata-se de uma questão delicada e tensa, uma vez que ninguém tem a verdade do gosto e do bom, as escolhas e as avaliações são processos conflituosos, com múltiplas dimensões. Mas é certo que, na sociedade massificada, a afirmação pura e simples da legitimidade do gosto espontâneo é, objetivamente, submissão à ordem da produção cultural alienada e alienante.

Igual raciocínio se aplica ao conceito de autonomia. Se a autonomia supõe discernimento e compreensão dos processos envolvidos, é imperativo reconhecer que ela não é um parâmetro do tipo sim ou não, mas uma

medida relativa, com base na experiência e nas dimensões estruturantes da ordem social. Parafraseando Sartre, há que se reconhecer que, do mesmo modo que a liberdade, a autonomia não é, ela se conquista numa situação histórica.

O desafio pedagógico está, precisamente, em respeitar o gosto conhecido (admitindo, portanto, sua leitura de mundo) e, ao mesmo tempo, estimular a autonomia (recusando o autoritarismo da referência absoluta), sem perder a dimensão política da formação do leitor. Em outras palavras, ao propor uma leitura aos alunos, o professor deve considerar seu potencial de transcendência, de instigação de novas experiências e reflexões.

Inevitável, contudo, é viver a contradição: estimular a livre escolha é necessário para quem investe na autonomia, mas tampouco é a totalidade e não se faz sem contradições. Certamente, errado é dizer que aquilo que o leitor escolhe, porque é escolha dele, é bom e basta. A leitura crítica não se submete ao mimetismo do imediato, devolvendo a cada um o que já lhe é conhecido: ela precisa buscar um diferencial – a potencialidade de abrigar o conhecimento humano.

A BIBLIOTECA E A FORMAÇÃO DO LEITOR

Biblioteca (séc. XVII): edifício ou recinto onde ficam depositadas, ordenadas e

catalogadas diversas coleções de livros, periódicos e outros documentos, que o público, sob certas condições, pode consultar no local ou levar de empréstimo para devolução posterior (Dicionário Houaiss – acepção 2).

Sim, a biblioteca é lugar de livros. Lugar em que se reúnem livros, organizados segundo critérios de classificação, dentre os quais se destacam, mais frequentemente, o tema e o autor. O leitor, em função de suas necessidades e interesses, encontra lá textos para ler, fazer pesquisas e consultas, estudar.

Na imaginação, a biblioteca é mais que isso: é um lugar grande, vetusto, com paredes de estantes cobertas de livros e um recinto com mesas de estudo, em que reina o silêncio. Lugar de todo o saber, a catedral do conhecimento. Espera-se do consulente atitude adequada ao ambiente e à atividade: compenetração e sisudez.

Felizmente, os tempos mudaram. Multiplicaram-se as produções intelectuais e os impressos em tal quantidade que já não há como imaginar uma biblioteca total, uma biblioteca que reunisse toda a produção intelectual humana – a grande ‘biblioteca de babel’ de Borges. Hoje, as modernas bibliotecas se organizam de muitas formas, em função de sua finalidade, do lugar que ocupam, do público a que pretendem atender. E, além dos impressos, dispõem de textos em

outros meios e outros recursos de estudo – a cibercultura. Aliás, bibliotecas estão já inteiramente no hiperespaço da WEB.

Sim, são muitas as bibliotecas, e com caras e jeitos diferentes: a biblioteca universitária será distinta da biblioteca corporativa, que não terá as mesmas características que a biblioteca comunitária, que pouco terá de comum com a biblioteca central, com a qual não se comparará a biblioteca privada, que não terá a mesma ordenação, acervo e funcionamento que a biblioteca escolar... Cada uma se fará conforme as demandas, as necessidades de estudo, de produção, de lazer, de vivência do público.

De todo modo, todas são perpassadas pela ideia de um espaço em que se pode encontrar conhecimento e fazer indagação das coisas da vida. E quanto mais a biblioteca – qualquer que seja – conseguir prever o tipo de leitura que importa a seus usuários e organizar-se em função disso, mais apropriada ela será.

No caso da biblioteca escolar, não há de ser diferente: ela existe porque a escola existe, e a escola existe porque há crianças e jovens e adultos para ensinar e aprender. A escola é o lugar de aprender, e de aprender coisas diferentes daquelas que é possível aprender fora da escola. Isso não quer dizer que ela deva ser lugar de sofrimento e alienação, de autoritarismo e repetição; ao contrário, a

gente aprende criando vínculos, produzindo identidades e reconhecimentos, indagando, criticando, criando.

A biblioteca escolar deve funcionar como um espaço – na verdade o espaço privilegiado – em que estas coisas aconteçam, organizando-se para que os estudantes, sob a orientação e com a participação de seus professores, encontrem possibilidades de estudo, de pesquisa, de descoberta, de questionamento dos temas e conteúdos que estão aprendendo. E não para que reproduzam mecanicamente o que lhes foi apresentado no espaço da aula, mas para que ampliem e tornem vivos e significativos estes aprendizados.

Objetivamente, contudo, isso não depende apenas da simples organização da biblioteca, de sua atualidade ou da dimensão de seu acervo. Depende, principalmente, de como se compreende e se realiza a educação escolar.

A cultura escolar tem, tradicionalmente, um perfil marcadamente disciplinar, que se sustenta em um conjunto de conteúdos fixos, o que tem sido um dos aspectos que mais dificulta o avanço da reflexão pedagógica na educação. Tal modelo de escola cumpre funções sociais definidas e é ideologicamente sustentado. Na prática convencional, tais conteúdos, apesar de remeterem para campos importantes do conhecimen-

to, tornaram-se informações fragmentadas para serem fixadas na memória, perdendo a referencialidade e o sentido formativo que deviam ter.

Para desmontar essa armadilha, as atividades escolares devem se organizar com base em questões que permitam compreender criticamente a realidade e construir uma relação criativa com o conhecimento, realizando esforço redobrado para tornar possível o diálogo entre o saber sensível-prático (aquilo que as pessoas trazem de sua experiência imediata) e o patrimônio científico produzido pela humanidade.

Com base nessa concepção, a biblioteca escolar ganha destaque como espaço de estudo e de acesso ao conhecimento elaborado. Estudar é uma ação reflexiva pela qual se quer conhecer e explicar fatos do mundo material, da vida humana, das singularidades pessoais. Estudar é um trabalho intelectual, pressupondo finalidade e compromisso e exigindo condições apropriadas, que incluem ambiente de estudo (espaço, silêncio), disposição de materiais (bibliografia, material de pesquisa e experimentação) e tempo. O acervo de uma biblioteca escolar (considerando o nível de autonomia e de desenvoltura intelectual dos usuários) deve incluir obras de ciência, história, geografia, psicologia, literatura, artes e organizar-se de forma a permitir percursos formativos amplos e densos.

Bibliotecas modernas – escolares ou não – não têm por que serem vetustas e severas, como são, na imaginação, as grandes bibliotecas da história. Nem precisam ser locais onde são proibidas ou desaconselhadas as atividades formativas mais soltas e descomprometidas. Mas não será competindo com a superficialidade e investindo na formação ligeira que se formarão mais leitores.

A biblioteca escolar, considerada dessa maneira, incorpora sem nenhum problema as novas tecnologias – que implicam maior disponibilidade de textos e maneiras mais ágeis de encontrar a informação.

A eficiência da biblioteca escolar depende não da forma de oferta de texto, mas do quanto a comunidade escolar aprofunda o projeto de formação e o transforma em ações e espaços que o tornem viável, do quanto prevê ações de estudo e de partilha de conhecimento e de experiências intelectuais e existenciais a partir da atividade orgânica de estudar, de ler e de procurar organizar informação para pensar e intervir no mundo.

A biblioteca deve e pode continuar a ser lugar privilegiado de uma educação formativa.

TEXTO 3: O PAPEL DA BIBLIOTECA NA FORMAÇÃO DO LEITOR LITERÁRIO

Ninfa Parreiras¹

Entendemos que a família, como núcleo inaugural da vida social de uma criança, deveria ser a primeira mediadora da leitura na vida dos bebês e das crianças. Com tantas configurações familiares, modelos em que o filho é criado pelo casal, pela mãe, pelo pai, pelos avós, pelos tios, pelos padrinhos, pelos parentes, pelos vizinhos da comunidade, o que importa é que estes grupos ofereçam à criança o acolhimento e o acesso à leitura literária.

Por que na família? É lá que o pequeno ser cria seus primeiros contatos e aproximações ao mundo da cultura. A leitura começa no espaço da intimidade (em casa) e depois alcança o espaço público (a escola, a biblioteca). Posteriormente, cabe à escola dar prosseguimento ao processo de mediação da leitura, tão necessário para o aluno. Logo, é a soma de esforços das famílias, das escolas e de outros organismos sociais que contribuirá para a formação leitora das crianças.

Portanto, essa mediação não deveria se restringir ao uso pedagógico da literatura na escola e na sala de aula, com a interpretação de textos, a aplicação de testes de avaliação de compreensão da leitura e a realização de exercícios gramaticais a partir dos textos literários lidos. A escola é uma instituição que se apropriou do uso da literatura, como uma disciplina, como um conteúdo, como um veículo de transmissão de valores. Com isso, a leitura costuma ficar relegada a um trabalho didático, que não penetra na face subjetiva e subversiva da literatura. O contato com a literatura pode dar voz ao leitor, contribuir para a sua formação cidadã, criar atmosferas de expressão estética e de constituição de um olhar crítico sobre a vida. O trabalho que objetiva a verificação de conteúdos e a aplicação de exercícios vem engessado, fechado. A leitura literária abre portas para os sentimentos e as experiências várias.

Por sua vez, devemos conceber a biblioteca escolar como um espaço de congregação

¹ Mestre em Literatura Comparada (Universidade de São Paulo), especialista da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, escritora e psicanalista.

da leitura e da cultura, o local que recebe o leitor, que lhe oferece as novidades (livros e periódicos). O local de presença constante de educadores, de professores, de alunos, de funcionários e de famílias, ou seja, toda a comunidade escolar. Um lugar de troca e de apropriação, de fato, do conhecimento: daquele subjetivo, que é só nosso. Será que a biblioteca escolar tem funcionado como esse espaço de comunhão de ideias e de troca de saberes? Será que ela recebe a comunidade escolar?

Com a promulgação da Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, as escolas têm se mobilizado para fazerem as mudanças necessárias em suas bibliotecas existentes ou têm planejado a criação e a dinamização da biblioteca escolar. Frente à necessidade da lei, há as dificuldades de articulação dos profissionais da escola e, por sua vez, uma tecnologia galopante de e sobre informação que oferece ao consumidor uma gama de ofertas de serviços da informação (internet, jogos, redes sociais, aparelhos eletrônicos etc.). Como ficam os livros em meio a esse universo de produtos e facilidades? Qual a concepção de biblioteca escolar que tem norteado o movimento das escolas para a criação ou adaptação de um espaço para a biblioteca?

O que a escola poderia fazer frente à instituição de uma lei e à concorrência tecnoló-

gica? Talvez seja esse o momento oportuno de se criar uma biblioteca escolar que faça frente às necessidades de consulta e de leitura da comunidade escolar. Mas uma biblioteca que crie demandas, que atraia os não leitores e os leitores. Para isso, a biblioteca deve ter um trabalho independente do que é desenvolvido na sala de aula. O que o aluno aprende, lê, estuda e pesquisa na sala de aula poderá ser complementado e enriquecido com visitas constantes à biblioteca. Porém, a biblioteca não é um espaço para servir ao professor e à sala de aula para o desenvolvimento de atividades recreativas nem para o exercício de tarefas didáticas.

Certamente, tocamos em um ponto bastante delicado, justamente o da autonomia da biblioteca escolar. Ela pode e deve estabelecer parcerias com o professor e demais educadores, mas ela não está a serviço da execução de trabalhos pedagógicos nem de animação de leitura. Mais que tudo, a biblioteca deve ser agradável, arejada, confortável e segura para as consultas, leituras, pesquisas e empréstimos. Os livros devem estar registrados, catalogados, de preferência num programa de computador. Devem estar dispostos em prateleiras, estantes, mesas, cestas, caixas, com algum critério de separação e identificação pelo usuário. O serviço de um profissional de biblioteconomia, o bibliotecário, pode garantir à biblioteca escolar um trabalho diferenciado e acessível às necessidades de consultas, de empréstimos e de pesquisas.

Exposições temáticas de obras, uma arrumação convidativa aos frequentadores e uma atualização permanente do acervo devem fazer parte de um projeto de uma biblioteca escolar comprometida com a leitura. Além disso, é necessário existir um diálogo constante com os educadores e demais usuários, no sentido de escutar as necessidades daqueles que podem mediar a leitura em outros ambientes.

A biblioteca não é um templo fechado, restrito ao silêncio, com as obras guardadas e conservadas, mas também não é um parque de diversões. Trabalhos com desenhos, com pinturas, com fantoches, com fantasias não são prioritários na promoção da leitura. Ou melhor, em que sentido eles promovem a leitura literária? Por que os professores costumam fazer a leitura de uma obra literária, por exemplo, para uma criação de redação ou para criar uma encenação? *A priori*, nada deveria ser amarrado, até porque a leitura literária nos leva a mares nunca dantes navegados e nos possibilita o contato com o imprevisível e o desconhecido. Para que fazer desenhos da história que leu? Para que colorir desenhos preparados pelo professor? Para que responder a perguntas escritas (de interpretação) sobre o texto que foi lido? O exercício da liberdade é o que deve ser feito a partir da leitura de uma obra.

A leitura formativa que pretendemos, que traz o pensamento crítico, a associação de

ideias, a inter-relação de conteúdos, acontece num processo de incentivo à leitura de obras literárias e ao debate que elas suscitam. São conversas sobre a obra lida, discussões sobre temas presentes na história ou no poema, associações da ficção à vida cotidiana, aos fatos que nos acontecem. Grupos de leitura, de discussão, que podem ser criados na biblioteca, inclusive com o uso de internet: blogs, redes sociais etc.

A ficção, uma das formas dos textos literários, nos traz a possibilidade de nos subjetivar: para quem escreve e para quem lê. Ao criar, dar novos sentidos às palavras e aos afetos, o escritor se subjetiva, se afirma como sujeito que simboliza, que faz representações, associações e inventa novas formas de viver. Ao criar ficção, o autor entra em contato com um mundo de sonhos, de invenções, de coisas fantasiosas. Isso o coloca próximo ao mundo interno povoado de desejos, de interdições, de silêncios. O autor confirma sua subjetividade quando escreve, quando cria.

Quanto ao leitor, a leitura de uma obra literária lhe traz a possibilidade de viver situações imaginárias, de outras personagens, de outros cenários. Ao ler e estabelecer conexões com a sua própria vida, com outras obras lidas, ele se subjetiva, se refaz. Ele se recria, reinventa a sua vida. A ficção nos permite nos reinventarmos e reinventarmos uma vida nova a cada dia.

Por sua vez, a poesia, para quem cria, representa um universo de imagens, de brincadeiras, de representações. Ao escrever poemas, o poeta também se subjetiva, deixa suas emoções metaforizadas nos versos. E para quem a lê, a poesia acalanta, provoca, toca... Ela faz o leitor passear por sensações, por imagens carregadas de afetos. Por se aproximar à música (pelas sonoridades, pelo ritmo), a poesia está no território da 'desrazão', da afetação.

A biblioteca pode funcionar como um centro de trocas culturais, de contato com as novidades. A leitura de cada aluno, de cada educador, de cada funcionário que frequenta a biblioteca deve ser respeitada. O que a leitura da obra promove no leitor? Com o que ele a associa? É importante provocar no aluno a criação de questões para as obras lidas. Exercícios prontos empobrecem a leitura. Animações cabem bem nos locais indicados (pátios, sala de recreação), não na biblioteca. Lemos e ponto. É suficiente. É o bastante. Um turbilhão de coisas se passa com o leitor. É um processo dele que poderá ser compartilhado com os colegas.

Em relação ao bebê e à criança pequena, a biblioteca será o espaço inaugural do contato com as emoções e as sensações. Os bebês precisam tocar nos livros, cheirar, chupar, morder. Sua pele vai se aproximar desse objeto tão atraente que é o livro em rodas de crianças monitoradas pelos adultos. Nessa

etapa do desenvolvimento, o mais importante é o toque e toda a estimulação dos sentidos. Então, deve ser um ambiente tranquilo, para cantar para os bebês, para ler contos, para declamar poemas... E deixar os bebês alcançarem livros apropriados a eles, com pontas arredondadas, em papel cartonado, leves. Claro que poderá ter um canto com livros de plástico, de borracha, de pano. Porém, o contato com o papel é superior e especial. O livro de papel tem cheiro, textura, provoca ruídos... Então, não podemos privar os pequenos do contato com os livros de papel.

Em experiência recente do Instituto C&A, o 1º Concurso Escola de Leitores, um desdobramento do Programa Prazer em Ler, premiou 22 escolas vencedoras nas cidades do Rio de Janeiro (RJ), Paraty (RJ), São Paulo (SP) e Natal (RN). Além de um prêmio em dinheiro, as escolas vencedoras receberam um acompanhamento técnico para a realização de seus projetos e uma viagem de dois profissionais à Colômbia. Com a parceria da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil – FNLIJ e da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, o Concurso Escola de Leitores premiou sete iniciativas desenvolvidas em salas de leitura das escolas municipais do Rio de Janeiro.

O Programa Prazer em Ler considera quatro eixos que orientaram a escolha das iniciativas vencedoras: o espaço (as bibliotecas ou

salas de leituras nas escolas); o acervo (a diversidade de obras literárias); a mediação (a atuação dos mediadores de leitura) e a gestão de projetos de leitura (o envolvimento dos educadores).

Podemos, a partir desses quatro eixos, investir num projeto de promoção da leitura para as bibliotecas escolares que abarque todos os níveis do ensino escolar, da Educação Infantil ao Ensino Médio. Iniciativas em que prevaleçam a mediação feita com cuidado (leitura em voz alta, em grupos) com obras literárias (variedade de gêneros, autores, editores) e a prática constante de leituras, de empréstimos, de rodas de leitura contribuem para a formação do leitor literário.

Desse modo, a biblioteca escolar congregará professores de disciplinas diferentes, alunos e educadores de segmentos variados, famílias e funcionários num movimento de fazer da biblioteca, de fato, o lugar sagrado da leitura e da literatura.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil/Fapesp, 1999. (Coleção Histórias da Leitura)
- BAJOUR, Cecília. *Ouvir as entrelinhas: o valor de escutar nas práticas de leitura. Conferência para a Asolectura*. Bogotá, 2008.
- BLOOM, Harold. *Como e por que ler*. Tradução de José Roberto O'Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- CASTRILLÓN, Silvia. *O direito de ler e de escrever*. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Pulo do Gato, 2011.
- MACHADO, Ana Maria. *Como e por que ler os clássicos universais desde cedo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A leitura rarefeita*. São Paulo: Ática, 2002.
- PARREIRAS, Ninfa. *O brinquedo na literatura infantil: uma leitura psicanalítica*. São Paulo: Biruta, 2009.
- SARTRE, Jean-Paul. *Que é a literatura?* Tradução de Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Ática, 1989.
- PETIT, Michèle. *Lecturas del espacio íntimo al espacio público*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- SILVEIRA, Júlio & RIBAS, Martha (orgs). *A paixão pelos livros*. Tradução de Júlio Silveira et alii. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2004.
- ZILBERMAN, Regina. *Fim do livro, fim dos leitores?* Coordenação de Benjamin Abdala Junior e Isabel Maria M. Alexandre. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

Presidência da República

Ministério da Educação

Secretaria de Educação Básica

TV ESCOLA/ SALTO PARA O FUTURO

Coordenação-geral da TV Escola

Érico da Silveira

Coordenação Pedagógica

Maria Carolina Mello de Sousa

Supervisão Pedagógica

Rosa Helena Mendonça

Acompanhamento Pedagógico

Soraia Bruno

Coordenação de Utilização e Avaliação

Mônica Mufarrej

Fernanda Braga

Copidesque e Revisão

Magda Frediani Martins

Diagramação e Editoração

Equipe do Núcleo de Produção Gráfica de Mídia Impressa – TV Brasil

Gerência de Criação e Produção de Arte

Consultoras especialmente convidadas

Glaúcia Mollo e Maria José Nóbrega

E-mail: salto@mec.gov.br

Home page: www.tvbrasil.org.br/salto

Rua da Relação, 18, 4º andar – Centro.

CEP: 20231-110 – Rio de Janeiro (RJ)

Outubro 2011